

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Despacho n.º 2010/2011

Considerando a orgânica da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro) e o Mapa de Pessoal aprovado para 2011, torna-se necessário realizar os procedimentos previstos na lei para o preenchimento do cargo de Director do Gabinete de Apoio à Gestão, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, que se encontra vago. A Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e alterações constantes da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, estabelece, no n.º 1 do seu artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e as alterações constantes da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e da Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, e por deliberação do Conselho Executivo de 21 de Dezembro de 2010, nomeio, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, a Dra. Carla Maria Guerra Silva, do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, IP, que reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, no cargo de Directora do Gabinete de Apoio à Gestão, com efeitos a 01 de Janeiro de 2011, conforme evidencia a respectiva nota curricular em anexo.

19 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Executivo, *Carlos Alberto do Maio Correia*.

Nota Curricular

Nome: Carla Maria Guerra Silva

Formação académica:

Doutoranda em Ciências Sociais, na especialidade de Administração Pública Pós-Graduada em Ciências Jurídico-Públicas (2000)
Licenciada em Direito (1992) *Formação complementa mais relevante:*
CADAP — Curso de Alta Direcção em Administração Pública (2009)
DEGP — Diploma de Especialização em Gestão Pública (2009)
DECCP — Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública (2008)

Experiência profissional:

Desde Outubro de 2010, é Investigadora do Centro de Administração de Políticas Públicas no grupo de Ciência da Administração Pública.
De 2008 a 2010, exercício de funções de *Técnica Superior*, enquanto *jurista* no Departamento de Administração e Património do Instituto de Segurança Social, IP, com maior incidência nas áreas

da contratação pública e gestão patrimonial; emissão de pareceres, instrução de processos de inquérito de acidentes de viação, furtos, acidentes de pessoal e ou utentes, e outros comportamentos eventualmente passíveis de procedimento disciplinar, elaboração de contratos (contratação pública — bens, serviços e empreitadas), arrendamentos, cedências, cessões de posição contratual, comodatos; elaboração de protocolos de cooperação, processos de auditoria, e procedimentos disciplinares.

De 2001 a 2007, exercício de funções de Técnica Superior, enquanto *jurista* e *advogada* na Unidade Jurídica do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (emissão de pareceres, elaboração de peças processuais e acompanhamento de processos em tribunal nas áreas de Direito Administrativo, Civil e Criminal, instrução de processos de inquérito e de Protecção Jurídica, contratação pública, elaboração de contratos (contratação pública — bens, serviços e empreitadas), arrendamentos, cedências, cessões de posição contratual, comodatos; elaboração de protocolos de cooperação).

De 1997 a 2000, exercício de funções, em regime de avença, no Ministério da Saúde, Sub-Região de Saúde de Setúbal, enquanto *jurista*, com maior incidência na área da contratação pública, emissão de pareceres, instrução de processos de inquérito/averiguações e resposta às reclamações dos utentes dos Centros de Saúde abrangidos pela Sub-Região de Saúde de Setúbal.

No mesmo período exerceu também funções na Direcção de Internato de Clínica Geral de Setúbal, enquanto *assessora de direcção*, onde era responsável pelos recursos humanos adstritos a essa Direcção, incluindo a organização de estágios hospitalares e reuniões com as direcções hospitalares

Exerceu ainda funções de gerência e de direcção de gabinete jurídico em empresa privada ligada à administração de condomínios.

De 1994 a 2000, exerceu advocacia por conta própria nas áreas de Direito Civil e Administrativo.

De 1992 a 1994, efectuou o estágio necessário para ingresso na Ordem dos Advogados, tendo tido como patrono o Exmo. Senhor Dr. João Rodrigues.

204242831

Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 2849/2011

Para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, publicam-se os valores dos índices de custos de mão-de-obra (Quadro I), de materiais (Quadro II) e de equipamentos de apoio (Quadro III), relativos aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2010, fixados por despacho de 3 de Janeiro de 2011 do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

QUADRO I

Índices de custos de mão-de-obra (Continente)

Base 100: Janeiro de 2004

Índices		Julho de 2010	Agosto de 2010	Setembro de 2010
	Global	125,7	125,7	125,7
Código	Por fórmula tipo (*)			
F01	Edifícios de habitação	126,6	126,6	126,6
F02	Edifícios administrativos	126,7	126,7	126,7
F03	Edifícios escolares	126,8	126,8	126,8
F04	Edifícios para o sector da saúde	126,8	126,8	126,8
F05	Reabilitação ligeira de edifícios	127,0	127,0	127,0
F06	Reabilitação média de edifícios	126,9	126,9	126,9
F07	Reabilitação profunda de edifícios	126,5	126,5	126,5
F08	Campos de jogos com balneários	127,0	127,0	127,0
F09	Arranjos exteriores	126,4	126,4	126,4
F10	Estradas	124,6	124,6	124,6
F11	Túneis	123,9	123,9	123,9
F12	Pontes de betão armado ou pré-esforçado	124,8	124,8	124,8
F13	Viadutos de betão armado ou pré-esforçado	125,1	125,1	125,1
F14	Passagens desniveladas de betão armado ou pré-esforçado	124,8	124,8	124,8
F15	Grandes reparações de estradas	125,0	125,0	125,0
F16	Conservação de estradas	125,4	125,4	125,4